

Ex-invasor começa a construir moradia

Na quinta-feira passada, ao meio-dia, os ex-invasores da 110 Norte puderam respirar aliviados, pois já não havia policiais da Terracap na entrada do loteamento Empreendimentos Módulos Rurais II, Fazenda Lagoa Bonita, chácara 33. Também por isso, as 15 famílias que até então se encontravam no galpão do Centro de Desenvolvimento Social de Sobradinho, puderam entrar na área de 20 mil metros quadrados, comprada por todos que recusaram assentamentos fora do Distrito Federal.

O fim da repressão decorreu de uma decisão do juiz Asdrúbal Lima. Ele estendeu os efeitos da liminar que proíbe a Terracap de derrubar barracos, aos compradores do loteamento tido como irregular — localizado a quatro quilômetros de Planaltina. Com a garantia, não só os que chegaram na tarde de quinta-feira começaram ontem a erguer seus barracos — cada um com 185 metros quadrados. Também quem se mudara ainda na terça-feira pôs mãos à obra. Com a presença da polícia, eles não conseguiram entrar no loteamento com o material de construção.

RESISTÊNCIA

A solução foi permanecer no local, mesmo dormindo ao relento durante seis noites, como aconteceu com Álvaro Pinheiro da Silva Filho: "Eu e minha mãe chegamos aqui no sábado, junto com mais meia dúzia de famílias". Ele acrescenta que teve que dividir o caminhão de mudanças com outras três famílias e não conseguiu levar o material: "Teve gente que deu mais sorte e trouxe tudo para armar o barraco. Mas eu, quando tentei depois trazer madeiras e telhas, fui barrado".

Guilherme Pereira de Almeida chegou ao loteamento quinta-feira, trazendo telhas e madeiras que lhe custaram cerca de Cz\$ 10 mil. Ele diz que as sobras do barraco na extinta favela da 110 Norte já não existem mais. Daquele lugar, o ex-invasor só guarda más recordações que prefere esquecer, na "esperança de que a vida agora mude".

Com martelo e pregos na mão, Guilherme começou ontem de manhã a construir a nova casa, onde vai morar com a mulher e um filho pequeno: "Aqui será bem melhor do que no galpão. Lá era um sufoco, com

cabanas amontoadas e além disso, aquele lugar não era meu". Ele colaborou com Cz\$ 8 mil 100 para a compra do loteamento que custou Cz\$ 360 mil.

Mas nem só de madeira são feitos os barracos na chácara 33. O pedreiro Pedro Barbosa da Silva, que trabalha na 710 Norte, retirou o barro do poço cavado pelas famílias e construiu vários tijolos. Ele pretende levantar sua casa com material mais forte. Enquanto isso, improvisou uma pequena tenda, onde dorme com a mulher e seis filhos. "Vai ser bem melhor do que na 110 Norte", diz Pedro, um dos pioneiros da extinta invasão.

Administração é ameaça

"Tiramos o pão da boca de nossos filhos para conseguir dinheiro e comprar este terreno. Não é justo que queiram nos expulsar daqui". O desabafo é de Juscelina Nascimento Andrade, líder das 48 famílias remanescentes da 110 Norte que, durante 10 meses, viveram no galpão do CDS de Sobradinho. Ela disse que a liminar foi a melhor coisa que aconteceu a elas, que há quase um ano não têm sossego.

"Não sei até quando teremos paz. Acho apenas que quem entrou no fogo é para se queimar", declara Juscelina, que guarda com muito cuidado a liminar que garante a permanência na chácara 33. Os ex-invasores já estão se organizando: além de construir barracos, cavaram uma cisterna de 11 metros de profundidade e garantem que, em pouco tempo, até uma horta será cultivada.

A plantação, conforme Juscelina, ficará na área próxima à pista, onde não pode haver edificação, por causa da rede de

fios de alta tensão. Menos de 10 mil metros quadrados do terreno serão ocupados pela horta comunitária; o restante, pelas casas. Ela disse também que o grupo abrirá mais três poços "e, em pouco tempo, este lugar estará perfeito".

NOTIFICAÇÃO

A Administração Regional de Planaltina vai notificar as pessoas que ocupam o loteamento considerado irregular. Segundo o administrador, Pedro Mendes, mesmo com a liminar, os representantes da administração não foram citados. "Tivemos conhecimento do fato apenas pelos jornais", disse.

Acrescentou que os advogados dos ex-invasores foram até ele "sem mandado judicial e me afrontaram". O administrador não sabe quando a questão chegará ao fim. É possível que a Terracap recorra contra a liminar, segundo disse o diretor do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da administração, Osmar Pinheiro.